

Juro alto eleva dívida pública interna

sexta-feira, 31/3/89 □ 1º caderno □ 13

em NCz\$ 20 bilhões

BRASÍLIA — A política monetária restritiva em vigor desde o Plano Verão provocará um impacto adicional nos custos da dívida interna da ordem de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou cerca de NCz\$ 20 bilhões, informou ontem o presidente da Comissão de Acompanhamento do Plano Verão, Cláudio Adilson Gonçalves. Técnicos da área financeira apontam para um crescimento da dívida interna ao final deste ano em cerca de 40% do PIB.

Segundo Cláudio Adilson, o crescimento dos encargos da dívida não provocará um “estouro do déficit público” e tampouco criará problemas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo firmado com o organismo no ano passado, o governo brasileiro se comprometeu a realizar um déficit público de 2% do PIB até dezembro. No entanto, com as pressões dos juros altos, “o déficit passa a ser financeiro”, como definiu o presidente da Comissão, e, portanto, “não constituirá nenhuma surpresa para o FMI”, embora provoque o descumprimento da meta acertada anteriormente.

Cláudio Adilson preferiu não se fixar em um número para o déficit público deste ano — alguns membros do governo sinalizam que poderá chegar a 10% do PIB — e prefere apostar em uma política de “administração” em que o componente juro alto é necessário durante o período de congelamento dos preços, para evitar especulação. “Se de um lado os juros altos comprometem o déficit de outro ele seguiu a demanda.”

Otimismo — Numa rápida avaliação sobre os resultados do Plano Verão e o

componente negativo da inflação de cerca de 6,5% para março, o presidente da Comissão preferiu manter o otimismo e a confiança. Reconheceu que a inflação de março gerou “certa expectativa de que o governo teria perdido o comando”, mas assegurou que isto não está acontecendo. Uma prova — completou — é de que as medidas estão sendo adotadas da forma como foram programadas antes da adoção do Plano, que “passa a enfrentar algumas dificuldades a partir de abril”.

Sem querer antecipar os rumos da política monetária, comentou apenas que a sinalização de taxas de juros menores até o próximo dia 4 representa uma linha de ação, que acabou não gerando grandes distorções. Na sua avaliação, por exemplo, o movimento com o dólar no mercado paralelo caracteriza muito mais uma ação especulativa do que uma fuga para outros ativos reais. Da mesma forma, insistiu em que a política de preços e salários, discutida no âmbito do Fórum Nacional de Negociações, é a forma mais adequada de se retornar às regras de mercado. Assim — explicou — a correção da tabela e negociações para reposição salarial nada têm a ver com as novas regras para preços e salários. Cláudio Adilson defendeu a negociação no Fórum para se estabelecer a nova regra para a política salarial. Segundo ele, a reposição proposta pelo governo — na média de 13% — provocará um aumento da massa salarial de 6%, compatível com a capacidade da economia, porque reposição em percentual “muito superior” dificulta o caminho de um combate eficaz da inflação.